

Poder público e sociedade civil debatem formas de combate à violência doméstica

Quanto custa agredir uma mulher? A pergunta pode parecer absurda, mas a resposta beira o surreal: em muitos casos, nos tribunais, custa o pagamento de uma cesta básica ou o equivalente em ração canina. A informação, da deputada estadual Rosmary Corrêa (PSDB-SP), foi apresentada durante fórum que discutiu a violência doméstica. Com mediação do jornalista Gilberto Dimenstein, o evento foi iniciativa dos Institutos Avon e Patrícia Galvão, com apoio do governo do Estado, do Conselho Estadual da Condição Feminina e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

Vários convidados participaram do debate. O assessor especial e coordenador estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs), da Secretaria de Segurança Pública, Moacir Rossetti, foi enfático: "Devemos entender que esse problema não depende apenas do poder público. Precisamos unir esforços com a sociedade para, juntos, buscarmos soluções efetivas". Como exemplo de tais iniciativas, destacou o Programa Bem-Me-Quer, que, desde a sua criação em 2001, atendeu mais de 16,5 mil mulheres vítimas de violência. Proporciona a essas mulheres um tratamento humanizado e gratuito, que inclui assistência médica, social, psicológica e jurídica. Após denunciar o crime na delegacia, a vítima – que antes era encaminhada ao Instituto Médico Legal para a realização de exames – agora é levada num veículo exclusivo diretamente ao Hospital Pérola Byington, onde recebe tratamento especial.

Durante encontro foi discutida a importância da participação dos vários setores da sociedade na busca de soluções para o problema



Fórum discutiu causas e formas de diminuir a violência contra a mulher

Rossetti lembrou que o Disque Denúncia – iniciativa da ONG Instituto São Paulo contra a Violência, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública – também é um serviço eficaz no combate à violência doméstica: "Qualquer pessoa que queira fazer uma denúncia de agressão pode usar o serviço".

Trabalho pioneiro – A coordenadora da Saúde Integral do Adolescente da Secretaria da Saúde, Albertina Duarte Takiuti, falou sobre a atuação pública estadual na proteção e orientação de meninas e adolescentes. "Essa fase marca um processo de

mudança importante na vida da mulher. Se, nessa etapa de sua vida, a mulher não tiver a auto-estima trabalhada, ficará cada vez mais sujeita a abusos e agressões", explicou a coordenadora. Segundo ela, uma pesquisa feita pela secretaria mostra que não é por falta de informação, mas sim por terem problemas de auto-estima que muitas adolescentes deixam de usar métodos contraceptivos. As que engravidam uma vez costumam ter outros filhos depois de dois anos; a que aborta volta a praticar o ato, em média, seis meses depois; e a que toma a pílula do dia

seguinte geralmente faz isso quatro vezes por mês.

Contudo, segundo a coordenadora, no Estado de São Paulo a gravidez na adolescência está reduzindo progressivamente: "Em 1998 foram 148 mil partos, para apenas 109 mil em 2003. Diminuiu também o número de meninas grávidas entre dez e 14 anos: caiu de 4,5 mil em 1998 para 3,4 mil em 2003. Esses resultados mostram que, na questão da gravidez na adolescência, São Paulo vem realizando trabalho pioneiro, desenvolvido com a participação de várias secretarias." A atuação abrange 112 municípios, nos quais estão concentrados 80% da população adolescente do Estado.

Providências necessárias – A deputada Rosmary Corrêa acredita que algumas providências precisam ser tomadas para diminuir a violência contra a mulher. "Além do trabalho com as jovens, precisamos divulgar mais os instrumentos de que as mulheres dispõem hoje para se protegerem contra a violência doméstica, como as Delegacias de Defesa da Mulher. Além de fazerem todo o trabalho policial, essas repartições especializadas mantêm convênios com psicólogos, assistentes sociais e advogados, no atendimento às vítimas."

Outro ponto crucial para a deputada é a modificação da Lei nº 9.099, que trata dos crimes de menor potencial ofensivo e faculta aos autores alternativas penais. "Hoje, infelizmente, bater em uma mulher pode custar apenas uma cesta básica ou um pacote de ração canina. Enquanto a lei não for mudada, é preciso realizar uma campanha de conscientização de juízes e promotores." Como exemplo de iniciativas que podem gerar bons resultados, mencionou o trabalho elaborado pelo Fórum Criminal de Santana. "Todas as audiências de violência contra a mulher são agendadas num único dia e, antes que os juízes atendam, entidades não-governamentais de apoio fazem palestra de cinco minutos para vítimas e agressores".

A proposta do fórum é outra. Em vez de cestas básicas, na maioria dos casos é determinado o cumprimento de prestação de serviços. "São sete horas semanais em hospitais da rede pública, no mínimo durante seis meses. Acreditamos que a violência doméstica é um problema social e que todos têm de participar. Não podemos aceitar que uma agressão seja paga com uma cesta básica", declarou o promotor de justiça criminal de Santana, Camilo Pileggi.

Violência dentro de casa – Segundo dados da assessoria de imprensa do evento, levantamento da OMS concluiu que, em todo o mundo, 70% das mulheres assassinadas entre 15 e 44 anos foram mortas por homens com quem mantinham ou haviam mantido algum tipo de relacionamento amoroso.

No Brasil, a situação não é diferente: 2,1 milhões são agredidas a cada ano. Dados do DataSenado – realizador da primeira sondagem telefônica sobre violência doméstica – revelam que 17% das brasileiras ouvidas sofreram algum tipo de violência em casa. O mais grave é que 63% das agressões foram praticadas por maridos e 37% por parentes ou amigos.

Joice Henrique

Da Agência Imprensa Oficial

Governo libera R\$ 35 milhões para hospitais estaduais

O governador Geraldo Alckmin autorizou a liberação de R\$ 35 milhões destinados à compra de equipamentos para 17 hospitais da rede estadual. O anúncio ocorreu durante vistoria às obras de reforma do Instituto Dante Pazzanese, um dos beneficiados pelos recursos.

Os hospitais que vão receber as verbas ficam todos na Região Metropolitana de São Paulo. O maior volume de recursos será destinado ao próprio Dante Pazzanese (R\$ 13.795.500), que está ganhando um novo bloco. "O coração de São Paulo está aqui. O Instituto Dante Pazzanese é o orgulho de São Paulo", comentou Alckmin.

A obra no instituto, vinculado à Secretaria Estadual da Saúde, vai mais que dobrar o número de leitos (de 209 para 454), que ficarão no novo Bloco III. O prédio está em fase final de construção. Terá novos leitos de UTI, uma unidade coronariana, um centro cirúrgico e mais unidades de internação, entre outras dependências. O investimento total é de R\$ 42 milhões, e a previsão é entregar as melhorias no mês de junho. O instituto passa ainda por reforma e ampliação dos serviços já existentes.

Os R\$ 35 milhões liberados serão usados na compra de uma série de equipamentos para os hospitais da rede estadual, entre eles oito mesas cirúrgicas e



Instituto Dante Pazzanese (passando por reformas) receberá R\$ 13,7 milhões

quatro arcos cirúrgicos (R\$ 340 mil cada), um conjunto de aparelhos que permite a visualização de imagens dos órgãos e torna as cirurgias mais precisas. Entre os equipamentos mais caros está um aparelho de ressonância (R\$ 5 milhões), que será destinado ao Hospital do Mandaqui.

O Instituto Dante Pazzanese completou 50 anos em 2004. Seus ambulatórios realizam cerca de 12 mil consultas por mês. Os centros cirúrgicos fazem em média oito cirurgias por dia.

Da Agência Imprensa Oficial